

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.483.712 - PR (2019/010064-6)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : JOAO PAULO VIERO**  
**ADVOGADOS : CRISAINÉ MIRANDA GRESPAN - PR046133**  
**ADEMIR OLEGÁRIO MARQUES - PR095461**  
**AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : KARINE DE PAULA PEDLOWSKI LAZARIN E OUTRO(S) -**  
**PR045499**  
**MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - PR077458**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por JOAO PAULO VIERO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL  
EXTINÇÃO DO FEITO DE OFÍCIO ANTE A INÉPCIA DA INICIAL  
PEDIDO GENÉRICO EVIDENCIADO. I - VÍCIOS NO ACÓRDÃO  
INEXISTÊNCIA II - PREQUESTIONAMENTO.

I - É inadmissível que os embargos de declaração sejam manejados por mero inconformismo da parte com os termos do julgado, de modo que devem ser rejeitados quando não verificados quaisquer dos vícios previstos no art. 1022 do Novo Código de Processo Civil.

II - Ainda que opostos com a finalidade de prequestionamento, os embargos de declaração somente podem ser acolhidos se demonstrada a existência de contradição, obscuridade ou omissão na decisão recorrida, o que, contudo, não ocorreu.

EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E  
REJEITADOS.

Alega violação do arts. 319 e 324 do CPC, no que concerne ao afastamento de pedido genérico, trazendo os seguintes argumentos:

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná deu decisão de ofício, tendo reconhecido que a petição inicial seria genérica e, portanto, deveria o processo ser extinto sem julgamento. Tal decisão mostra inteiramente equivocada, posto que a petição inicial não foi genérica, visto que os pedidos foram individualizados e houve apontamento das razões da propositura da ação. Ora Excelências, denota-se dos fatos narrados na inicial, que foi esboçado a existência de contratos específicos de conta corrente que necessitam de revisão, eis que os pactos apresentam vícios de consentimento

e cláusulas abusivas, advinda de irregulares aplicações de anatocismo, cobranças de taxas e tarifas ilegais, cumulação de encargos e outros temas. Dessa forma, os Requerentes pretenderam restabelecer o equilíbrio contratual, nulificando as cláusulas abusivas decorrentes do contrato de adesão, deduzindo a existência e requisitando a exibição incidental dos contratos e extratos relacionados às contas, a fim de possibilitar a comprovação do alegado e o julgamento dos pedidos (fl. 2.570).

É o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, o Tribunal de origem assim se manifestou:

Em detido exame dos autos, observa-se que há de ser decretada a extinção do feito, sem resolução de mérito, por se tratar de petição inicial genérica.

[...]

Inobstante tenha arguido que as taxas de juros haviam incidido em índices ilegais, bem como a capitalização indevida de juros e a cobrança de taxas e tarifas indevidas e não pactuadas, não há qualquer indicação do quantum que entendia indevido, muito menos fez qualquer comparativo com as taxas de juros que entendia corretas ou quais taxas e tarifas foram cobradas indevidamente, sendo que sequer instruiu a petição inicial com os contratos firmados entre as partes, pleiteado a exibição de tais documentos pela ré.

Observando-se o contido na inicial, nota-se que os argumentos levantados pelo autor se deram de forma genérica e hipotética acerca das abusividades que entende estarem presentes ao longo da relação contratual com a instituição financeira, deixando de indicar de forma específica a cobrança impugnada, em violação ao art. 324 do Código de Processo Civil: “O pedido deve ser determinado” (fls. 2514/2515).

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda

Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de maio de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente